

26 - Processo 5363/2015 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.ECR 701/2015 - TC-001768/004/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" -UNESP - Campus de Assis-Faculdade de Ciências e Letras e a empresa Elgel-Eletricidade e Engenharia Ltda. - Deputado Coronel Camilo - que reconhece a decisão do TCE, solicita envio de ofício ao MP, para adoção das medidas cabíveis, com posterior arquivamento dos autos

27 - Processo 5857/2015 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGCRRM 1290/2015 - TC-14557/026/10 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP e a empresa VS Telecom Ltda. - Deputado Coronel Camilo - que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, e posterior arquivamento dos autos

28 - Processo 209/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. GCRMC 17/2016 - TC-15883/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô e a empresa Gemelo Storage Solutions do Brasil Ltda. - Deputado Coronel Camilo - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, e posterior arquivamento dos autos

29 - Processo 703/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGCRRM 3338/16 - TC-24703/026/11 - Representação apontando irregularidades no Pregão Eletrônico nº 20/2011, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Serviços de Saúde - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas. - Deputado Paulo Correa Jr - que reconhece a decisão do TCE, que julgou procedente a representação apresentada e, conseqüentemente, irregulares o pregão eletrônico e o contrato; solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com posterior arquivamento dos autos.

#### PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

30 - Projeto de decreto legislativo 4/2016 - Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento - (CONCLUSIVA) Considera regulares, nos autos do processo TC-2069/005/06, a Concorrência Pública e o Contrato firmado entre a Unesp - Campus de Presidente Prudente e a Prudesan - Engenharia e Comércio Ltda.

31 - Projeto de decreto legislativo 5/2016 - Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento - (CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC- 008568/026/06, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental e a empresa Ainyl - Soluções Ltda.

32 - Projeto de decreto legislativo 6/2016 - Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento - (CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-95/008/08, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública - Polícia Militar do Estado - 33ª Batalhão de Polícia Militar do Interior e a empresa Constreng Construções e Engenharia Ltda.

33 - Moção 104/2015 - Deputado Igor Soares - (CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente do Senado, bem como para os Líderes Partidários no Congresso Nacional, demais Senadores, Presidente da Câmara dos Deputados e demais líderes na Câmara, no sentido de tomarem as medidas cabíveis, urgentes e necessárias à não aprovação do Projeto de Lei que institui a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF - Deputado Léo Oliveira - Ciência do Vencedor

#### PARA DELIBERAÇÃO:

Item 34 - Calendário das Audiências Públicas - Orçamento 2017, que deverão ser realizadas nos meses de maio e junho de 2016, em virtude da realização das eleições municipais no 2º semestre.

13 REQUERIMENTOS, recebidos em 31/3/16, de autoria do Deputado José Zico Prado, Líder do PT e Bancada, para CONVOCAÇÃO das seguintes autoridades, funcionários públicos e cidadãos:

Item 35 - Secretário de Estado da Educação, Sr. José Renato Nalini, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015; sobre o ônus que as revelações da Operação Alba Branca está provocando na Educação e sobre as medidas que estão sendo adotadas face aos fatos revelados".

Item 36 - Ex-Secretário de Estado da Educação, Prof. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 37 - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Arnaldo Calil Pereira Jardim, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação nos fatos revelados pela Operação Alba Branca".

Item 38 - Secretário de Estado de Logística e Transportes, Sr. Antonio Duarte Nogueira Junior, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação face às revelações da Operação Alba Branca".

Item 39 - Ex-Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, Sr. Fernando Padula Novaes, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual de Educação para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 40 - Sra. Dione Maria Whitehurst di Pietro, Coordenadora da CISE - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares da Secretaria de Estado da Educação, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 41 - Sr. Yuri Keller Martins, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 42 - Sr. Eduardo Araújo de Lima, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 43 - Sra. Dione Moraes Pavan, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 44 - Sr. José Merivaldo dos Santos, vulgo Meriva, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 45 - Sr. Luiz Carlos Gutierrez, vulgo Licá, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 46 - Sr. Luiz Roberto dos Santos, vulgo Moita, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 47 - Sr. Jeter Rodrigues Pereira, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

## TERMOS DE COMPARECIMENTO

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

#### TERMO DE COMPARECIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, deixou de realizar-se no Plenário "D. Pedro I", no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Terceira Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, da Segunda Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, por falta de número regimental. Às 13 horas e 46 minutos, transcorrido o tempo de tolerância, o Senhor Presidente, Deputado Teonílio Barba, determinou que fosse lavrado termo de comparecimento, registrando a presença da Senhora Deputada Ana do Carmo (efetivo) e do Senhor Deputado Luis Fernando Machado (substituto). Ausentes os Senhores Deputados Marcos Zerbini, Ramalho da Construção, Cezinha de Madureira, Carlos Cezar, Gilmaci Santos, Roberto Morais, Ricardo Madalena, Márcio Camargo e Luiz Carlos Gondim. O presente Termo foi lavrado por mim, Filipe Leonardo Carriço, Secretário de Comissão, que assino após o Senhor Presidente.

Sala da Comissão, em 29 de março de 2016.

- a) Deputado Teonílio Barba – Presidente  
a) Filipe Leonardo Carriço – Secretário

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

#### TERMO DE COMPARECIMENTO

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, deixou de realizar-se no Plenário "D. Pedro I", no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Terceira Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, da Segunda Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, por falta de número regimental. Às 13 horas e 46 minutos, transcorrido o tempo de tolerância, o Senhor Presidente, Deputado Teonílio Barba, determinou que fosse lavrado termo de comparecimento, registrando a presença da Senhora Deputada Ana do Carmo e dos Senhores Deputados Ramalho da Construção, Cezinha de Madureira, Gilmaci Santos (efetivo). Ausentes os Senhores Deputados Marcos Zerbini, Carlos Cezar, Roberto Morais, Ricardo Madalena, Márcio Camargo e Luiz Carlos Gondim. O presente Termo foi lavrado por mim, Filipe Leonardo Carriço, Secretário de Comissão, que assino após o Senhor Presidente.

Sala da Comissão, em 05 de abril de 2016.

- a) Deputado Teonílio Barba – Presidente  
a) Filipe Leonardo Carriço – Secretário

## ATAS

### COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

#### ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Segunda Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, sob presidência do Deputado Mauro Bragato. Presentes os Senhores Deputados Vaz de Lima, João Paulo Rillo, Teonílio Barba, Orlando Bolçone, Edson Giriboni, Léo Oliveira, Coronel Camilo (membros efetivos) e o Senhor Deputado Cezinha de Madureira (membro substituto). Ausentes os Senhores Deputados Carliño Pignatari, Estevam Galvão e Paulo Correa Jr. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Presente, também, acompanhando os trabalhos, o Deputado Sebastião Santos. Passou-se à deliberação dos itens constantes da pauta: Item 1 - Projeto de lei nº 1134/2007, de autoria do Deputado Rogério Nogueira, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Estado. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto favorável ao PL 1134/07 e às emendas de nºs 1 a 9 a ele apresentadas; e favorável ao PL 1474/15. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 2 - Projeto de lei nº 562/2010, de autoria do Deputado Waldir Agnello, que isenta os integrantes da Polícia Civil do Estado de São Paulo do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, bem como da taxa de licenciamento de seus automóveis particulares. Foi relator o Deputado Orlando Bolçone com voto contrário. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 3 - Projeto de lei nº 658/2010, de autoria do Deputado Conte Lopes, que autoriza o Poder Executivo a criar um banco de dados com arquivo de resultados de exames de DNA de pessoas mortas e não identificadas, de criminosos sexuais e pedófilos. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 4 - Projeto de lei nº 228/2013, de autoria do Deputado Gilmaci Santos, que altera a Lei 6.374/1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Foi relator o Deputado Edson Giriboni com voto favorável. Concedida vista ao Deputado João Paulo Rillo. Item 5 - Projeto de lei nº 523/2014, de autoria da Deputada Sarah Munhoz, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos equipamentos de saúde da rede pública do Estado contarem com no mínimo 10% dos quadros funcionais versados na Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável

vel ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR – Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 6 - Projeto de lei nº 892/2014, de autoria do Deputado Edmir Chedid, que acrescenta parágrafo ao artigo 48 da Lei n. 6.544, de 1989, para disciplinar o procedimento do leilão. Foi relator o Deputado Carliño Pignatari com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Teonílio Barba. Item 7 - Projeto de lei nº 909/2014, de autoria do Deputado Orlando Morando, que cria o programa estadual permanente de controle de natalidade de cães e gatos no Estado. Foi relator o Deputado Vaz de Lima com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Teonílio Barba. Item 8 - Projeto de lei nº 1304/2014, de autoria da Deputada Sarah Munhoz, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais destinatários de recursos do tesouro estadual de abrirem vagas para estagiários de escolas de enfermagem. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 9 - Projeto de lei nº 1368/2014, de autoria do Deputado Orlando Morando, que autoriza o Poder Executivo a isentar os condomínios residenciais e residências particulares da cobrança de impostos e taxas sobre a construção de poços artesanais e semi artesanais. Foi relator o Deputado Edson Giriboni com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Teonílio Barba. Item 10 - Projeto de lei nº 1378/2014, de autoria do Deputado Fernando Capez, que altera a Lei n.º 13.457, de 2009, para dispor sobre a suspensão dos prazos para apresentação de defesa e interposição de recursos relativos ao processo administrativo tributário. Foi relator o Deputado Carliño Pignatari com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 11 - Projeto de lei nº 350/2015, de autoria do Deputado Sebastião Santos, que dispõe sobre o teor do aviso de que trata o artigo 19-J da Lei Federal n.º 8.080, de 1990. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 12 - Projeto de lei nº 450/2015, de autoria do Deputado Enio Tatto, que obriga as escolas públicas estaduais a ter sistema de captação de água de chuva para as finalidades que especifica. Foi relator o Deputado Orlando Bolçone com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 13 - Projeto de lei nº 507/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de detalhamento de informações sobre valores faturados nas contas de serviços públicos de energia elétrica prestados aos consumidores residenciais no Estado. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 14 - Projeto de lei nº 508/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade na obtenção de cópias xerográficas gratuitas a todo cidadão que necessitar dos Serviços Públicos no Estado. Foi relator o Deputado Léo Oliveira com voto favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 15 - Projeto de lei nº 799/2015, de autoria da Deputada Marta Costa, que dispõe sobre a instituição nos órgãos de saúde do Estado de campanha sobre os riscos da tatuagem por escarificação. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 16 - Projeto de lei nº 804/2015, de autoria da Deputada Marta Costa, que obriga os estabelecimentos no Estado que trabalhem com produtos utilizados para serem aplicados nas unhas de consumidores a informar que os produtos contêm composição que pode causar alergia aos usuários. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 17 - Projeto de lei nº 1051/2015, de autoria do Deputado Edmir Chedid, que institui a "Campanha de Conscientização sobre o Zóster". Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 18 - Projeto de lei nº 1080/2015, de autoria do Deputado Afonso Lobato, que institui a Semana Estadual "Todos contra a Pedofilia". Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 19 - Projeto de lei nº 1086/2015, de autoria do Deputado Milton Vieira, que dispõe sobre a instituição do Programa de Conscientização, Reaproveitamento, Doação e Distribuição de Medicamentos para a População no âmbito do Estado. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 20 - Projeto de lei nº 1093/2015, de autoria do Deputado Cezinha de Madureira, que institui o cardápio dietético nos restaurantes, bares e similares. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 21 - Projeto de lei nº 1198/2015, de autoria do Deputado Gilmaci Santos, que altera a Lei n.º 6.374, de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto favorável. Concedida vista ao Deputado João Paulo Rillo. Item 22 - Projeto de lei nº 1208/2015, de autoria do Deputado Raul Marcelo, que torna obrigatória a publicação, em sítio eletrônico oficial, das listas dos pacientes que aguardam por consultas, exames e intervenções cirúrgicas nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado. Foi relator o Deputado Orlando Bolçone com voto favorável, com emenda. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 23 - Projeto de lei nº 1232/2015, de autoria do Deputado Orlando Bolçone, que dispõe sobre a criação de um Programa de Amparo e Cuidados à Mulher Alcolátrata, e fixa outras providências. Foi relator o Deputado Edson Giriboni com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CS - Comissão de Saúde. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 24 - Projeto de lei nº 1352/2015, de autoria do Deputado Sebastião Santos, que institui o Roteiro Turístico do Peão de Boiadeiro integrado pelos Municípios de Barretos, Bebedouro, Colina, Monte Azul Paulista e Viradouro. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 25 - Projeto de lei nº 1375/2015, de autoria do Deputado Afonso Lobato, que dispõe sobre a proibição de fabricação e comercialização de gordura hidrogenada e de produtos alimentícios que a utilizam em sua composição no Estado. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 26 - Projeto de lei nº 1384/2015, de autoria do Deputado Gil Lancaster, que institui a "Semana de Conscientização e Orientação sobre o Vítligo". Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CS - Comissão de Saúde. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 27 - Projeto de lei nº 1396/2015, de autoria da Deputada Ana do Carmo, que autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade do Poupatempo em São Roque. Foi relator o Deputado Estevam Galvão com voto favorável. Aprovado como parecer o voto

do relator. Item 28 - Projeto de lei nº 1397/2015, de autoria da Deputada Ana do Carmo, que autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade do Poupatempo em Ubatuba. Foi relator o Deputado Paulo Correa Jr com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 29 - Projeto de lei nº 1514/2015, de autoria da CPI dos Acidentes no Transporte Ferroviário de Carga, que dispõe sobre o envio de relatórios de atendimento a ocorrências de acidentes ferroviários de cargas no Estado. Foi relator o Deputado Edson Giriboni com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 30 - Projeto de lei Complementar nº 41/2015, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado de São Paulo e dispõe sobre a modificação da anexação de Comarcas. Foi relator o Deputado Léo Oliveira com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 31 - Processo RGL nº 868/2011, de interesse do TCE – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que julgou irregular o contrato celebrado entre a FDE e a empresa Flasa Engenharia e Construções Ltda. Foi relator o Deputado Estevam Galvão com voto que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios ao MP – Ministério Público e à PGE – Procuradoria Geral do Estado, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, e posterior arquivamento dos autos. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 32 - Processo RGL nº 175/2015, de interesse do TCE, que julgou irregular o contrato celebrado entre o Instituto Florestal e a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola - FUNDAG. Foi relator o Deputado Estevam Galvão com voto que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, e posterior arquivamento dos autos. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 33 - Processo RGL nº 6559/2015, de interesse do TCE, que julgou irregular a execução contratual celebrada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a empresa BOP Construtora Ltda. Foi relator o Deputado Vaz de Lima com voto que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 34 - Processo RGL nº 7767/2015, de interesse do TCE, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ e a empresa Inspector Engenharia Ltda. Foi relator o Deputado Orlando Bolçone com voto que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, e posterior arquivamento dos autos. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 35 - Processo RGL nº 7941/2015, de interesse do TCE, que julgou irregulares os Termos Aditivos referentes ao contrato e à licitação, também julgados irregulares, entre a Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP e o Banco VR S/A - atual Sode-xho Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A. Foi relator o Deputado Edson Giriboni com voto que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 36 - Processo RGL nº 207/2016, de interesse do TCE, que julgou irregular o contrato celebrado entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e a empresa Enterpa Engenharia Ltda. Foi relator o Deputado Léo Oliveira com voto que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 37 - Processo RGL nº 248/2016, de interesse do TCE, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Construtora Cronacon Ltda. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 38 (CONCLUSIVA) - Moção nº 104/2015, de autoria do Deputado Igor Soares, que apela para o Senhor Presidente do Senado, bem como para os Líderes Partidários no Congresso Nacional, demais Senadores, Presidente da Câmara dos Deputados e demais líderes na Câmara, no sentido de tomarem as medidas cabíveis, urgentes e necessárias, à não aprovação do Projeto de Lei que institui a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF. Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto contrário. Aprovada conclusivamente a propositura e designado o Deputado Leo Oliveira para redigir o voto vencedor, favorável. Votaram contrariamente à Moção os Deputados Teonílio Barba e João Paulo Rillo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Sonia Maria Oliveira, Assessora Técnica, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 13/04/2016.

Deputado Mauro Bragato - Presidente

Sonia Maria Oliveira - Secretária

## Debates

### 15 DE ABRIL DE 2016 19ª SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO ESCOTEIRO

Presidente: **CORONEL CAMILO**

#### RESUMO

- 1 - CORONEL CAMILO Assume a Presidência e abre a sessão.
- 2 - CORONEL ARRUDA Mestre de cerimônias, informa que o presidente Fernando Capez convocara a presente sessão solene, a requerimento do deputado Coronel Camilo, na condução dos trabalhos, com a finalidade de "Comemorar o Dia do Escoteiro". Lê texto acerca do escotismo.
- 3 - PRESIDENTE CORONEL CAMILO Convida o público a ouvir, de pé, o "Hino Nacional Brasileiro". Nomeia as autoridades presentes. Anuncia a saudação à bandeira nacional, comandada pelo Sr. Artur Berberian, coordenador regional de Relações Institucionais Externas, sucedida pela "Oração do Escoteiro". Anuncia a exibição de vídeo institucional do Movimento Escoteiro.